

DINÂMICAS TERRITORIAIS: DESTRUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS CASTANHEIROS NO POVOADO FORTALEZA, SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA)¹

TERRITORIAL DYNAMICS: DESTRUCTION AND CONSTITUTION OF TERRITORIES BRAZIL NUT EXTRACTORS IN THE VILLAGE FORTALEZA, SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA)

DINÁMICAS TERRITORIALES: DESTRUCCIÓN E CONSTITUCIÓN DEL TERRITORIOS CASTAÑEROS EN LA VILLA FORTALEZA, SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA)

Samuel Santos Silva

Secretaria de Educação de Altamira, Pará
samuel.silva@altamiraeduc.com.br

Eliseu Pereira de Brito

Universidade Federal do Norte do Tocantins
eliseubrito@uft.edu.br

RESUMO

O presente trabalho discute a desterritorialização e a multiterritorialidade dos castanheiros do povoado Fortaleza, localizado no município de São Geraldo do Araguaia, no sudeste paraense. Tem como objetivo compreender os processos de desterritorialização dos castanheiros e analisar a construção de multiterritorialidades por eles a partir das seguintes questões: como se deu os processos de desterritorialização dos castanheiros do povoado Fortaleza? Esses castanheiros constituíram multiterritorialidades ou apenas se desterritorializaram? Partiu-se de uma pesquisa de campo tendo a dialética como método de abordagem geral. Para a coleta dos dados foram utilizadas entrevistas, as quais se basearam em um roteiro de campo. Como ferramenta de pesquisa foi utilizado o gravador de aparelho celular com o escopo de arquivar as entrevistas. Para a interpretação das informações dadas pelos entrevistados foi feita uma análise qualitativa. Com a pesquisa, conclui-se que os castanheiros de Fortaleza estavam desterritorializados a partir de diversos fatores, como a dificuldade do trabalho e os perigos da selva, fraudes na medição da produção e a sazonalidade da safra.

Palavras-chaves: Desterritorialização; Multiterritorialidades; Castanheiros; Povoado Fortaleza; Ciclo da castanha-do-pará.

¹ O presente texto é um desdobramento, um aprofundamento de discussões presentes em BRITO e SILVA (2020).

ABSTRACT

The present article discussed the deterritorialization and the multi-territoriality of the brazil nuts extractors of village Fortaleza, located in the municipality of São Geraldo do Araguaia, in the Southeast of Pará, Brazil . As objectives this article proposed: to understand the processes of deterritorialization of brazil nut extractors and to analyze the construction of multiterritorialities by brazil nut extractors in Fortaleza based on the following questions: how did the processes of deterritorialization of chestnut trees in village Fortaleza happen? Did these brazil nut extractors constitute multi-territoriality, or did they just become deterritorialized? The present work started from a field research using dialectics as a method of general approach. For data collection, interviews were used, which were based on a field script. As a research tool, a cell phone recorder was used to archive the interviews. For the interpretation of the information given by the interviewees, a qualitative analysis was made. With the research it is concluded that the brazil nut extractors of village Fortaleza were deterritorialized from several factors such as: the difficulty of the work and the dangers of the jungle; fraud in measuring production and seasonality of the harvest.

Keywords: Deterritorialization; multi-territoriality; Brazil nut; Village Fortaleza; Brazil nut cycle.

RESUMEN

El presente trabajo discutió la desterritorialización y la multiterritorialidad de los castaños de povoado Fortaleza, ubicado en el municipio de São Geraldo do Araguaia, en el sureste de Pará. Tiene como objetivo comprender los procesos de desterritorialización de los castaños y analizar la construcción de la multiterritorialidad por los castaños en Fortaleza a partir de las siguientes preguntas: ¿cómo se produjeron los procesos de desterritorialización de los castaños en povoado Fortaleza? ¿Estos castaños constituyeron multiterritorialidad o simplemente se desterritorializaron? Partió de una investigación de campo utilizando la dialéctica como método de aproximación general. Para la recolección de datos se utilizaron entrevistas, las cuales se basaron en un guión de campo. Como herramienta de investigación se utilizó una grabadora de teléfono celular para archivar las entrevistas. Para la interpretación de la información brindada por los entrevistados se realizó un análisis cualitativo. Con la investigación se concluye que los castaños de Fortaleza fueron desterritorializados por varios factores como: la dificultad del trabajo y los peligros de la selva; fraude en la medición de la producción y la estacionalidad de la cosecha.

Palabras clave: Desterritorialización; Multiterritorialidades; Castañeros; Villa Fortaleza; Ciclo dela almendra.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos o território no processo de re-des-territorialização do castanheiro e a construção de multiterritorialidades castanheiras no povoado Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia, sudeste paraense. Definimos como objetivos compreender os processos de re-des-territorialização dos castanheiros das áreas castanheiras e analisar a construção de multiterritorialidades pelos castanheiros no sentido de uma identidade territorial.

Pretende-se responder se a condição de migrantes dos castanheiros do povoado Fortaleza e as relações de trabalho servis foram suficientes para as suas desterritorializações ou pode-se considerar que as redesterritorializações foram ocasionadas por uma modernização do território com mudanças nas relações trabalho e natureza. Os castanhais e seus vários territórios, desde a instalação dos barracões às margens dos igarapés, foram apropriados pelos castanheiros no nível de afetividade e memória ou apenas enquanto local de trabalho, meramente funcional? São indagações que despertaram o interesse pela pesquisa e que discutiremos resultados neste texto.

O estudo das territorializações desses castanheiros e suas contradições no bojo da integração da Amazônia brasileira podem ser importantes para entender o papel de tais sujeitos no processo de dinamização econômica e devastação da natureza ocorrido no sudeste do Pará a partir da década de 1970, além de enriquecer os conhecimentos territoriais ligados à área de estudo.

Importante frisar também que os sujeitos que se direcionaram para os castanhais do sudeste paraense em sua maioria estavam relegados à própria sorte em seus sertões de origem, portanto, eram seres invisíveis no sentido de que não recebiam assistência do Estado e estavam sujeitos a situações de trabalho árduas, sob o jugo de coronéis e jagunços, o que se estendeu à lida nos castanhais.

O trabalho que se segue está subdividido em metodologia, revisão de literatura, que discute as categorias territoriais propostas pelo trabalho e apresenta, em resumo, o contexto histórico dos castanheiros e o ciclo da castanha-do-pará no sudeste do Pará, e resultados e discussões sobre a problemática exposta e as considerações finais.

O texto foi construído sobre uma leitura das contradições forjadas no processo de re-des-territorialização dos castanheiros em seu território, ao passo que fizemos uma

abordagem geral histórico-dialética. Para construir a investigação, buscamos nas entrevistas com os castanheiros elementos que nos indicassem o processo da construção do território e de suas identidades.

As entrevistas foram realizadas de forma individual nos dias 2, 3 e 4 de novembro de 2018, nas residências dos castanheiros. Foram entrevistados três castanheiros no povoado Fortaleza e um castanheiro na cidade de São Geraldo do Araguaia (PA), sendo que este último também trabalhou nos castanhais do povoado.

Como ferramenta para execução da pesquisa foi utilizado o gravador do aparelho celular com o escopo de arquivar as entrevistas. Ressalta-se que tal ferramenta foi essencial para o bom andamento da pesquisa, ao passo que dispensou o uso de anotações, otimizando tempo. Como suporte para as entrevistas, conforme citado, utilizou-se o roteiro de campo.

Para a interpretação das informações concedidas pelos entrevistados foi feita uma análise qualitativa. Conforme Gil (2002), a redução e a categorização de dados intrínsecos à análise qualitativa, ou seja, sua organização, é fundamental, pois permite ao pesquisador uma melhor interpretação dos fatos.

O contexto histórico do ciclo da castanha-do-pará estudado por diversos autores foi fundamental pois serviu de base histórica, permitindo a percepção das situações que se aplicam ou não aos castanheiros do povoado Fortaleza, considerando suas particularidades, territorialidades e temporalidades.

O CICLO ECONÔMICO DA CASTANHA-DO-PARÁ NO SUDESTE PARAENSE

Explorada desde o início da colonização portuguesa na Amazônia, a castanha-do-pará teve sua produção valorizada a partir da primeira metade do século XX, com a derrocada do ciclo da borracha brasileira em detrimento do látex produzido no sudeste da Ásia.

Além disso, teve início a exploração dos castanhais do médio Tocantins, sudeste paraense, o que alçou a cidade de Marabá ao papel de centralidade local devido à sua localização privilegiada às margens do rio Tocantins e do seu importante tributário, rio Itacaiúnas. A urbe do médio Tocantins se tornou um importante centro econômico do

sudeste paraense e regiões circunvizinhas, *status* mantido atualmente. Segundo Dias (1959, p. 84),:

Marabá, na confluência do rio Itacaiúnas com o Tocantins, desenvolveu-se em virtude do comércio da castanha. O crescimento desta cidade, como centro comercial, se fez pela localização privilegiada em relação às vias de escoamento dos produtos explorados no Médio Tocantins. Ela é a responsável pelo “aviamento” dos castanheiros, em virtude das boas instalações de suas casas comerciais. Localizam-se em seu porto os armazéns para o estocamento da castanha, vinda da bacia do Itacaiúnas.

Era a partir de Marabá que, geralmente, os castanheiros adentravam a floresta à procura da castanha-do-pará. A inexistência de vias de acesso alternativas fez com que a rede fluvial se demonstrasse como o principal modal de transporte aos castanhais (DIAS, 1959).

Salienta-se que, apesar de toda a pujança, a economia da castanha enfrentou problemas concernentes à sua manutenção, a começar pelos fluxos que eram prejudicados pela inexistência de vias constantes ligando Marabá a Belém. A opção viável eram os rios e, mesmo assim, havia obstáculos à navegabilidade devido à existência de cachoeiras e formações rochosas, no caso do rio Tocantins, e à intermitência dos afluentes do Itacaiúnas no período seco. Sobre isso, Dias (1959, p. 86) assevera o seguinte:

Os igarapés, formadores dos afluentes do Itacaiúnas, secam rapidamente e para que a castanha não fique presa é preciso aproveitar enquanto é possível a navegação. A existência de “travessões de areia” e de corredeiras nos cursos do Itacaiúnas e do Tocantins dificulta a navegação na época da estiagem.

Isso acarretava outros entraves, como a chegada tardia das castanhas colhidas em Belém, onde eram beneficiadas para poderem seguir rumo aos centros importadores. Em relação à extração da castanha, havia muita preocupação no que diz respeito ao armazenamento do produto na selva devido ao excesso de umidade (contato com o solo encharcado) e à exposição ao sol. Em virtude disso, instituiu-se a limpeza ou lavagem das castanhas nos centros primários (Marabá, por exemplo) ou até mesmo nos igarapés ainda na mata. Tal procedimento tornou-se obrigatório nos anos de 1920 muito por conta de exigências do mercado externo, que começava a questionar a qualidade do produto (ALMEIDA, 2015).

Outro obstáculo que se apresentava ligado à comercialização da castanha era a forma em que ela era exportada, geralmente *in natura*. O fruto com casca é mais propício a circunstâncias que levam à sua inutilização, como mofo, por exemplo, e junto a isso

ressaltam-se também as condições em que tal produto era armazenado e transportado em direção aos centros importadores.

Apesar dos problemas relacionados à exportação da castanha com casca, tal procedimento foi predominante ao longo do ciclo econômico. Almeida (2015, pp. 81-82) corrobora o seguinte sobre tal questão:

Contudo, apesar das vantagens apontadas em direção ao aperfeiçoamento ainda maior do beneficiamento da castanha-do-pará, nas décadas seguintes continuou a predominar a castanha com casca na pauta de exportações e o produto beneficiado não chegou a corresponder a metade do total exportado.

Houve a instalação de inúmeras fábricas de beneficiamento, todavia, elas se limitavam aos grandes centros regionais, Belém e Manaus, distantes de muitos locais de extração, o que inviabilizava o beneficiamento (ALMEIDA, 2015).

O Estado pouco fez para melhorar tais situações, apesar da importância econômica da castanha no período. O governo se limitava a partilhar os castanhais, em grande parte públicos, entre os interessados. Mesmo nessa parte havia entraves, pois as formas em que se dava a cessão dos castanhais não era a mais adequada, tendo em vista o forte fator político que prevalecia nessas cessões.

A primeira forma de cessão, largamente utilizado dos anos de 1920 em diante para os castanhais, foi o arrendamento, o qual, para Emmi (2002, p. 6) era “uma arma usada pela oligarquia castanheira para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores que se dedicavam à coleta dos castanhais”.

O sistema de cessão por arrendamento era criticado pelos próprios “senhores dos castanhais” e isso fez com que gradualmente tal sistema fosse se deteriorando e, portanto, sendo substituído por outros meios de repassar os castanhais aos requerentes. Segundo Emmi (2002, p. 7),

A partir de 1954, com a entrada em vigor da Lei nº 913, o aforamento se generaliza como forma principal de aquisição de castanhais. Essa forma de apropriação surgiu a partir de reivindicações dos grandes arrendatários de castanhais que passaram a postular não somente um tempo de permanência maior nas áreas de castanhais, uma vez que os arrendamentos eram temporários (contratos por uma ou mais safras), mas uma apropriação de fato das áreas de castanhais e de maneira permanente.

No entanto, a nova lógica trouxe benefícios somente para os foreiros, que expandiram sua autonomia sobre a produção e a influência regional. A concessão por aforamento restringiu ainda mais o acesso aos castanhais, ou seja, eles cada vez mais passaram a concentrar-se nas mãos de poucos (EMMI, 2002).

A castanha se manteve como produto importante para o mercado regional durante várias décadas, apesar do desdém de intelectuais e políticos, é o que confirma Almeida (2015, p. 27) a seguir:

Na visão comum que predominava entre os estudiosos e autoridades, o extrativismo vegetal teria inibido a agricultura, por não permitir a fixação da mão de obra, sempre atraída para o interior da floresta e com uma tendência dispersiva pelas facilidades em extrair os recursos disponíveis na natureza.

Entretanto, da década de 1950 em diante, a constituição da Amazônia Legal e os projetos de integração nacional anunciaram o declínio do extrativismo face aos novos meios de produção, agropecuário e mineral. Houve investidas para a conservação dos castanhais como a tentativa de institucionalizar a criação de um Polígono da Castanha. Conforme Emmi (2002, p. 8),

Apesar de essa área nunca ter sido oficialmente delimitada, a partir dos anos 80, quando os conflitos fundiários nessa região se tornaram mais intensos, a expressão “polígono dos castanhais” tornou-se referência obrigatória nos documentos oficiais para designar a região dos castanhais localizada no sudeste do Pará, principalmente em Marabá, São João do Araguaia e Xinguará.

No sudeste paraense dos dias atuais, as castanheiras ainda estão presentes no ambiente, mesmo que em menor quantidade e de forma isolada. Essas árvores sobreviventes são retratos de um passado recente em que eram as “rainhas” dessas terras, mas, com as políticas equivocadas e predatórias, foram “destronadas” pelos rebanhos bovinos.

CASTANHEIROS MIGRANTES E O SISTEMA DE AVIAMENTO

A migração dos castanheiros (Figura 1) em direção ao sudeste paraense mais precisamente relaciona-se à procura de trabalho e à esperança da posse da terra. O surgimento da possibilidade de trabalhar com a coleta da castanha-do-pará era visto como irrecusável aos caboclos do baixo Tocantins, sertanejos do norte goiano (Estado do Tocantins, atualmente) e Maranhão (DIAS, 1959), tendo em vista a falta de emprego, descaso dos governantes e condições climáticas adversas dos seus locais de origem.

Figura 1 - Típico castanheiro do médio rio Tocantins paraense equipado para adentrar os castanhais, em meados dos anos 1970



Fonte: Casa de Cultura de Marabá².

Essas migrações, geralmente, eram espontâneas ou direcionadas. Na maioria das vezes, o castanheiro tinha dívida para acertar com seu empregador, o que o deixava num círculo vicioso ou em posição de dependência em relação ao seu patrão. Dias (1959, p. 82) verifica o que se segue:

² Instituição criada há mais de 30 anos pela urgência em preservar o patrimônio histórico de natureza material e imaterial da região sul e sudeste do Estado do Pará.

Assim os castanheiros são “aviados” pelos patrões, pois muito raramente ele trabalha por conta própria, na generalidade é o “camarada” contratado nos sertões de Goiás e do Maranhão, nos municípios do Baixo Tocantins ou na propriedade, mediante resgate das dívidas que ele tem no comércio.

Percebem-se dois grupos de migrantes existentes nesse período, os permanentes e os sazonais. No primeiro caso, o indivíduo permanecia por tempo indeterminado e isso ocasionava um longo período de ócio, tendo em vista que a safra da castanha se iniciava ao fim do ano e ia até meados de março. Na entressafra, alguns dos castanheiros desocupados exerciam outras atividades nos castanhais (DIAS, 1959) e outros regressavam aos seus locais de origem, onde tinham família (ALMEIDA, 2015).

A coleta de castanhas-do-Pará era uma atividade estranha aos migrantes que adentravam a floresta, ao passo que se tratava, em grande parte, de sujeitos acostumados à plantação, criação de gado e garimpagem em seus sertões de origem. A descaracterização do homem com a terra, aliada à falta de investimentos públicos ou mesmo privados, eram empecilhos à execução de outras atividades na época de seca.

As relações de trabalho ocorriam por meio do sistema de aviamento, em que o aviador dispunha dos objetos necessários ao trabalho: embarcações, ferramentas e alimentos. O castanheiro possuía as mãos, ou seja, a força de trabalho e estava desgarrado da terra, o que facilitou os processos de exploração que permearam os castanhais do Itacaiúnas.

O aviamento remete ao mercantilismo e foi um dos responsáveis pelas disparidades observadas na economia da castanha. Concomitante ao enriquecimento dos patrões e aviadores houve o empobrecimento dos castanheiros explorados nessa lógica produtiva e isso certamente foi um dos fatores que contribuíram para o declínio do extrativismo da castanha, “engolido” por formas de produção capitalistas.

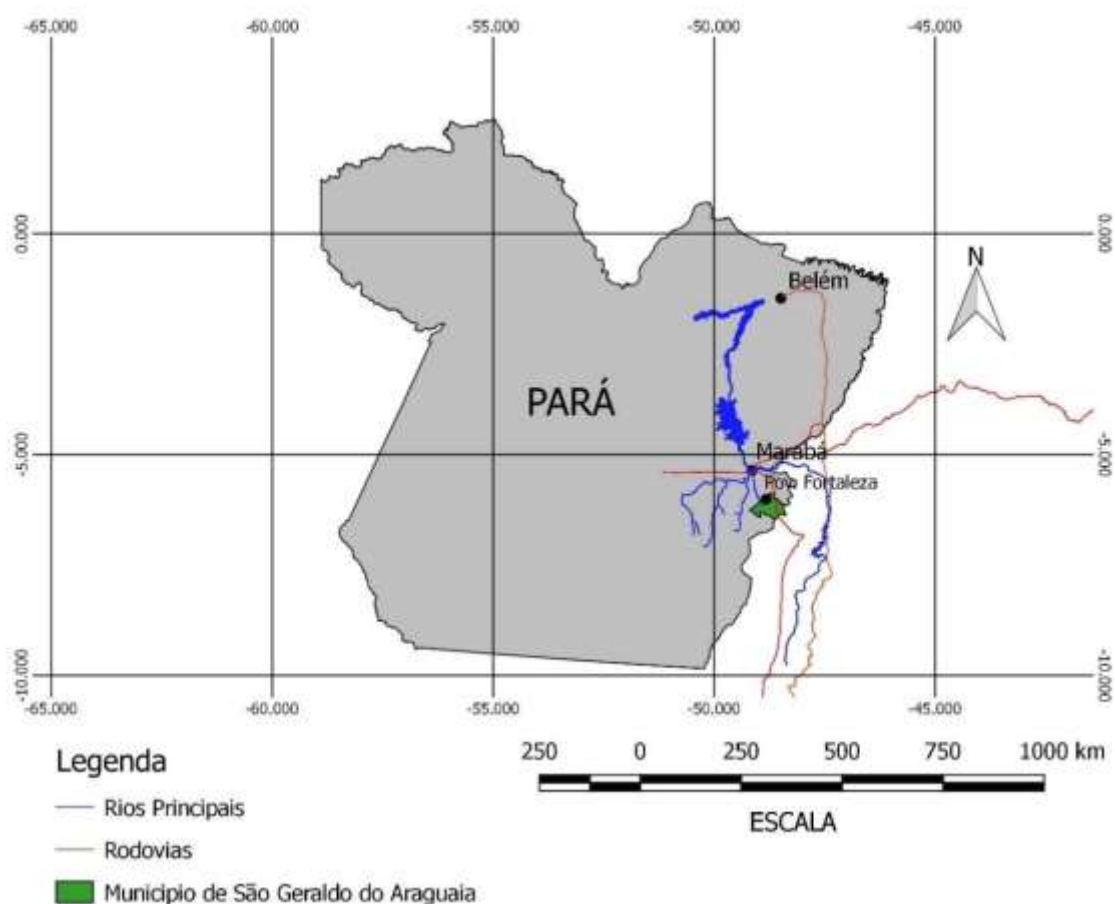
Atualmente, a exploração da castanha-do-para no sudeste paraense se restringiu às pequenas áreas restantes de castanhais e não constitui uma atividade de grande importância, substituída pelo agronegócio nas fronteiras agrícolas (BRITO; SILVA, 2020).

Os castanheiros do povoado Fortaleza passaram a exercer outras atividades com a queda da rentabilidade dos castanhais e os que ainda extraem a castanha-do-para fazem para consumo próprio, nas reservas florestais que foram mantidas.

CASTANHEIROS DO POVOADO FORTALEZA

O povoado Fortaleza se localiza no município de São Geraldo do Araguaia (PA), distante 72 quilômetros da sede municipal e 140 quilômetros de Marabá (PA) - Mapa 1. Trata-se de uma antiga praça da castanha no polígono dos castanhais na bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas, afluente da margem esquerda do rio Tocantins.

Mapa 1 - Localização do povoado Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia (PA)



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Nesta pesquisa foram entrevistadas quatro pessoas do povoado Fortaleza, sendo que os entrevistados 1 e 2 foram tropeiros e os entrevistados 3 e 4, castanheiros.

Castanheiros sem castanhais: o processo de desterritorialização no povoado Fortaleza

O território enquanto produção histórica de mudanças e permanências é mutável. Nessa produção histórica o tempo é processual e simultâneo, o que gera novas territorialidades e temporalidades (SAQUET, 2009). Ainda para o autor, novos territórios e territorialidades, usos dos territórios, que mantêm formas de territórios anteriores, originam-se dos processos de desterritorialização e reterritorialização e estes são contínuos e concomitantes.

A desterritorialização pode ser relacionada ao pós-modernismo sobre o qual Harvey (2008) afirma ser a aceitação da fragmentação e do caos. Para Santos (2006, p. 222), tal conceito advém da intensa mobilidade empreendida recentemente no mundo contemporâneo. Esse autor destaca o seguinte:

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização.

No entanto, a desterritorialização não é mera destruição de territórios, processo isolado. Pelo contrário, a desterritorialização, segundo Haesbaert (2008), está relacionada, indissociavelmente, à (re)territorialização. Haesbaert (2008), para explicar os processos de re-des-territorialização, propõe o conceito de multiterritorialidade, discutido no próximo tópico, que abraça tais processos.

Os castanheiros de Fortaleza já estavam desterritorializados de seus locais de origem enquanto migrantes e nos castanhais do sudeste paraense se viram diante de uma realidade diferente na qual, além da selva inóspita, imperavam relações de trabalho servil proporcionado pelo sistema de aviação o qual, geralmente, resultava em escravidão por dívida, o que é corroborado por autores como Almeida (2015), além da fraude na medição de castanha-do-pará, extraída conforme nos relatou o entrevistado 3:

Eles *media* a castanha e acontecia muita vez *da* caixa de medir castanha que eles *chama* de hectolitro aí colocava o braço de redor da caixa e botava a castanha, aí o cara tirava o braço levemente pra castanha ficar amontoada em cima da caixa, dava quase outra caixa em cima da caixa, *tá* entendendo? Era uma fraude ao vivo, assim, você vendo, *mais* não podia fazer nada porque era dessa forma que funcionava (informação verbal³).

Diante disso, muitos castanheiros procuravam meios de compensar ou livrar-se dessa situação desproporcional exercendo poder, sendo esse o caso dos castanheiros que fugiam dos castanhais ou que vendiam sua coleta para atravessadores sem o conhecimento do seu empregador (CORMINEIRO; MEDEIROS, 2013).

O castanheiro em grande parte do tempo ficava fora do alcance dos “olhos do patrão”, tinha sua liberdade e era oportuno aproveitar tais situações para criar mecanismos que servissem de contraponto à sua situação de servidão, como é afirmado pelo entrevistado 3, abaixo:

Às vezes também era desonesto, sabe? Por exemplo, eu cortava nessa colocação aqui e tu na outra aí. A gente combinava, porque eles não *aceitava* catar na mesma que cortou, tu *deixa* castanha pra mim aqui e eu pra *tu* lá, isso nem sempre acontecia, mas aqueles castanheiros *treteiros* fazia isso. Aí o cara já ia sabendo que na colocação tinha castanha que o outro deixou (informação verbal⁴).

Tais ações podem ser vistas como uma forma de compensação ao tentar de alguma maneira diminuir o prejuízo nesse meio produtivo tão desigual. A realização de ações próprias evidencia o castanheiro como um ator sintagmático, assim como os demais envolvidos na extração da castanha, sobre o qual Raffestin (1993, p. 152) postula o seguinte: “Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território”.

Além da condição de migrantes e da exploração propiciada pelo aviamento, outros fatores que podem ter contribuído para a desterritorialização desses castanheiros são: o trabalho árduo e os perigos da selva, entre eles doenças como a malária, animais ferozes e peçonhentos, e indígenas que reagem ao ver seu território invadido por homens com paneiros⁵ e facões. Nos diálogos com os castanheiros, um deles nos afirmou o

³ Informação dada pelo entrevistado 3, na sua residência no povoado Fortaleza, em novembro de 2018.

⁴ Informação dada pelo entrevistado 3 na sua residência no povoado Fortaleza, em novembro de 2018.

⁵ Cesto feito com fibras de palmeiras. Muito utilizado no nordeste e norte brasileiro para carregar coisas.

seguinte sobre a contaminação com a malária: “Ah! Não foi só *nenhuma* vez não, acontecia muito de pegar malária e morrer à míngua” (informação verbal).

Vale ressaltar que o extrativismo da castanha-do-pará mantinha um caráter quase que expedicionário, visto que, em conformidade com o tópico 3, praticamente não houve investimentos públicos com o intuito de melhorar a produção e escoamento, portanto, o pouco investimento estatal (ALMEIDA, 2015), aliado à sazonalidade da safra que se dava no tempo de chuva, é outro aspecto a ser considerado no que se refere à desterritorialização dos castanheiros. O modo de vida, geralmente, era nômade, já que na época chuvosa iam para a selva trabalhar com a castanha e na estiagem se “atarefavam” em outras atividades ou se mantinham em período sabático em Marabá, à espera do início das chuvas. “Na entressafra, muitas *das vez* a gente ficava no castanhal mesmo, fazia rocinha” (informação verbal⁶). O entrevistado 2 afirmou que

Na entressafra eu ia roçar juquirá nas fazendas que nessa época *era* perto das cidades, por exemplo, aqui na Fortaleza era tudo mata, só tinha algumas aberturas, não tinha estrada de carro, só tropa (informação verbal⁷).

Observam-se nas falas dos entrevistados as condições subalternas a que se submetiam para sobreviver, em muitos casos propiciando uma fobia ao passado, todavia, é nítida a contradição presente em muitos dos discursos obtidos como “era um tempo difícil, atrasado, mas era bom” (informação verbal⁸). O “bom” se refere ao caráter de subsistência predominante nesses locais, até então pouco impactados por técnicas agrícolas e urbanização. Segundo atesta o entrevistado 3,

Esse tempo, apesar do sofrimento, era bom por causa do que já falei do tatu, da bacaba, açaí, cupu, do puba, do uxi (...). O uxi é uma fruta do tamanho de um ovo de casca ríspida e dentro tem uma polpa que você põe açúcar e desmancha que nem abacate, aí a gente tirava o leite e comia ele que nem açaí (informação verbal).

Por conseguinte, quando os castanhais passaram a ser ameaçados por outras atividades, não houve da parte de tais indivíduos um movimento de articulação para protegê-los. Eles certamente viram a derrubada da floresta para a exploração madeireira e a implantação da atividade agropecuária como uma forma de se libertarem da extração da castanha-do-pará e conseguir a posse da terra, o caso dos entrevistados 1 e 3, onde

⁶ Informação dada pelo entrevistado 1 na sua residência no povoado Fortaleza, em novembro de 2018.

⁷ Informação dada pelo entrevistado 2 na sua residência no povoado Fortaleza, em novembro de 2018.

⁸ Informação dada pelo entrevistado 4 na sua residência no povoado Fortaleza, em novembro de 2018.

poderiam trabalhar sem a interferência de patrões e com a possibilidade de se dedicar apenas a um trabalho durante todo o ano, em contraste com a sazonalidade da exploração da castanha (BRITO; SILVA, 2020)

A atual situação dos castanheiros do povoado Fortaleza, despossuídos da terra e dos castanhais, traz à memória o passado e, ao se direcionarem ao período vivido embaixo das castanheiras, surge a contradição do tempo que era sofrido, mas era bom, pois tinham a natureza à sua disposição.

O ser castanheiro: castanhais e multiterritorialidades no povoado Fortaleza

A multiterritorialidade no sentido de interagir com vários territórios é inerente às relações humanas, pois, um único território é insuficiente para dar conta das dimensões da vida individual e coletiva (HAESBAERT, 2004a). No caso dos castanheiros, por exemplo, além de serem desterritorializados de suas terras de origem, enquanto migrantes formaram novos territórios, ou seja, reterritorializaram-se, construindo, assim, novas multiterritorialidades.

É a partir das novas territorialidades que os territórios são ressignificados, moldando a identidade, a qual implica sentimento de pertencimento que um grupo possui por um determinado espaço geográfico, produzindo, assim, uma identidade territorial, segundo Chelotti (2010), que afirma o seguinte:

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (CHELOTTI, 2010, p. 173).

As territorialidades, se reconhecidas e valorizadas, são essenciais para a construção de identidades, coletivas ou individuais (CANDIOTTO; SANTOS, 2009), portanto, tais conceitos estão imbricados, os usos de determinado território se relacionam à forma de identificação ligada a ele, seja funcional ou simbólica. Apesar das territorializações precárias, de caráter meramente funcional enquanto vistas como local de servidão, os apanhadores de castanha-do-pará produziram novas territorialidades.

Ao analisar as relações de poder existentes nos castanhais do sudeste paraense, incluindo o povoado Fortaleza, percebem-se as diversas hierarquias,

começando pelos donos de castanhais ou foreiros⁹ que introduziram na floresta novas formas de produção, as quais comandavam da cidade.

O encarregado, representante do patrão no castanhal, era quem dava as ordens, indicava os pontos de coleta para cada castanheiro e fazia a medição dos frutos. São referidos como “eles” pelo entrevistado 3 e em muitos casos exerciam o papel de aviador e vendiam os produtos com preços altíssimos aos castanheiros. “O encarregado do patrão que era o responsável pela medição da castanha e às vezes, em determinado lugar, o encarregado também era o escrivão que anotava tudo que você consumia” (informação verbal).

Na base da economia da castanha-do-pará estavam os castanheiros, os quais, além de recolher os ouriços, tinham que saber caçar e pescar, usar plantas medicinais, construir abrigos que os protegessem da chuva e de animais perigosos, sendo esses só alguns dos saberes dos quais deveriam se apropriar para sobreviver, apesar da condição desfavorável. Conforme relato do entrevistado 4 (informação verbal),

O local de ficar não era bom não *mais* se livrava tinha muito peixe, caça dava de ir escapando, bom danado. O que nós *comprava* era o óleo, o açúcar que vinha no motor e a gente comprava do patrão.

A retenção de novos saberes e práticas, como o contrabando de castanhas, a caça e pesca de animais, por exemplo, foram essenciais para dar novos usos ao território dos castanhais. A territorialidade dos castanheiros se estende também às suas áreas de coleta, conhecidas como “colocações”, onde tinham relativa autonomia (ALMEIDA, 2015), bem como as supracitadas situações de “contrabando” dos frutos coletados.

Assim, tanto a aquisição de tais saberes e práticas para sobreviver constituem multiterritorialidades, haja vista que os castanheiros exercem poder, mesmo que limitado, espacialmente. No nível abstrato, há as memórias que denotam apropriação simbólica e contraditória, ao passo que não foram suficientes para gerar sentimento de pertencimento.

Ao se lembrarem dos tempos da castanha-do-pará, os castanheiros e entrevistados 1 e 4 afirmaram o seguinte: “Naquela época era tudo atrasado mesmo” e “Era tempo de sofrimento” (informações verbais). No entanto, o entrevistado 1 também asseverou que “Era o tempo melhor para se ganhar dinheiro aqui nesta região, moço! Dava dinheiro demais, a castanha” (informação verbal).

⁹ Na economia da castanha-do-pará, refere-se aos sujeitos que pagavam ao Estado uma quantia determinada, conhecida como foro, com o escopo de explorar castanhais públicos.

Perante tais falas, Brito e Silva (2020) sustentam que, mesmo com toda a força da economia da castanha nessa época, essas pessoas estavam na base da atividade e participavam de uma parcela irrisória do montante gerado nesse ciclo.

Os castanheiros do povoado Fortaleza possuem uma identificação fragmentada com a atividade castanheira, pois a vida sofrida na selva, aliada ao sistema de trabalho de servidão, dificultou a construção de uma identidade. Se há um grau de pertencimento, esse se refere à fartura de frutos e caças dados pela floresta, bem como a camaradagem, laços de amizades, em muitos casos criados entre os castanheiros (BRITO; SILVA, 2020).

Mesmo sendo vista como difícil, a época da castanha para esses castanheiros remonta aos bons momentos que s viveram em meio aos castanhais. A mencionada infinidade da natureza é expressa na fala do entrevistado 4, que diz o seguinte: “Naquela época era tudo atrasado mesmo, o barracão a gente tinha que ir cedo pra arrumar o local de ficar, não era bom, não *mais* se livrava, tinha muito peixe, caça dava de ir escapando, bom danado” (informação verbal).

Atualmente, os castanheiros do povoado Fortaleza encontram-se ligados a outras formas de viver e os que ainda cortam castanhas o fazem somente para consumo próprio, pois os grandes castanhais existentes na região desapareceram. Ao serem questionados sobre a prática de tal atividade atualmente, os castanheiros de Fortaleza têm reações diferentes. O entrevistado 2 tem um pequeno ponto de comércio, localizado na principal rua da localidade, no qual vende produtos como carne de suínos. Em algumas de suas falas ele confirma: “A vida hoje é essa, comprar um *bichim véi* pra matar e vender, aí dá pra ir escapando” (informação verbal). O entrevistado 4 já se encontra um pouco mais debilitado e não exerce nenhuma função atualmente. Ambos, após a queda da produção das castanhas, passaram a trabalhar em outras atividades rurais ligadas à agropecuária. Os entrevistados 1 e 3 são mais jovens e trabalharam nos castanhais enquanto adolescentes, já no início da idade adulta se inseriram no processo do extrativismo da castanha, quando esse ciclo já se aproximava do declínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática envolvendo os castanheiros do povoado Fortaleza e seus territórios, tratada neste artigo, permitiu analisar os fenômenos ocorridos nesse rincão amazônico, entre eles as relações de trabalho servis, o que gerou um processo de reterritorialização fragmentado. O estudo sobre os castanheiros possibilita entender o porquê de a economia da castanha-do-pará não ter se mantido, apesar de suas potencialidades com o ônus da preservação da floresta.

As contradições nas dinâmicas territoriais dos castanheiros são essenciais para entender o papel desses atores no processo de dinamização econômica e devastação da natureza ocorridos no sudeste do Pará a partir da década de 1970, além de enriquecer os conhecimentos territoriais ligados à área de estudo. São importantes também porque visam a resgatar as memórias dos castanheiros, entender as situações precárias prevalentes nos castanhais e interpretar as realidades dessas pessoas a partir de suas implicações territoriais. Ao focar os castanheiros, o trabalho traça uma via social em detrimento dos aspectos econômicos e políticos que levaram à substituição da economia da castanha-do-pará por outras frentes econômicas.

De maneira geral, o método de pesquisa possibilitou um diálogo aberto com os entrevistados. O ato de gravar as entrevistas, consentido pelos entrevistados, foi fundamental, pois, conforme já citado, possibilitou à pesquisa mais tempo para transcrição das conversas, análise e redação do texto.

Em relação aos problemas levantados, considera-se que os castanheiros de Fortaleza estavam desterritorializados a partir de diversos fatores como a condição de migrantes, a dificuldade do trabalho e os perigos da selva, fraudes na medição da produção e a sazonalidade da safra conforme o diálogo com os entrevistados. No entanto, também constituíram territorialidades representadas, concretamente, pelo contrabando e utilização de frutos e animais da floresta como fonte de alimento. Por exemplo, além da apropriação simbólica presente nas memórias contraditórias, com tom nostálgico ao lembrar da fartura daqueles tempos, apesar do sofrimento e do atraso em razão das dificuldades de logística e esquecimento por parte das autoridades, os sujeitos ressignificaram suas identidades territoriais de castanheiros.

Por fim, salienta-se que este trabalho possui muitas limitações, tendo em vista ser fruto de uma pesquisa para trabalho de conclusão de curso. Portanto, uma pesquisa mais encorpada, futuramente num curso de pós-graduação, que abrange um recorte de espaço-tempo maior, assim como mais participantes entrevistados, poderá tanto contradizer os resultados obtidos na presente pesquisa como levantar novas problemáticas, contribuindo para enriquecer a temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. **Do extrativismo à domesticação**: as possibilidades da Castanha-do-Pará. 2015. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, USP, São Paulo.

BRITO, Eliseu Pereira de; SILVA, Samuel Santos. Por entre os castanhais: sujeitos e lugares no povoado Fortaleza em São Geraldo do Araguaia, Pará. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 73, março, 2020. p. 415-428.

Caminhos de Geografia Uberlândia - MG v. 21, n. 73 Mar/2020 p. 415 – 428

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; SANTOS, Roseli Alves. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SÁVERIO Sposito, Eliseu (orgs.). **Territórios e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010.

CORMINEIRO, Olívia Macedo; MEDEIROS, Euclides Antunes. “O universo dos trabalhadores dos castanhais: cotidiano e exploração no Vale do Tocantins (1890-1940)”. **Revista Mundos do Trabalho**, v.5, n.9, p.283-305, 2013.

DIAS, Catarina Vergolino. Aspectos Geográficos do Comércio da Castanha no Médio Tocantins. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, p.517-533, 1959. Trimestral

EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a Indústria Extrativa no Pará até a década de 1960. **Paper do NAEA** 166. Belém: UFPA, out. 2002, p. 03.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT. Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro; Costa, Benhur; Pires, Cláudia e Ueda, Vanda. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1ª ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, v. , p. 19-36.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 4ª Edição. São Paulo, Edusp (Editora da USP), 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

LISTA DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado 1 – **Memórias dos sujeitos dos castanhais do povoado Fortaleza**. Local da entrevista: residência do entrevistado. Data: 3/11/2018.

Entrevistado 2 – **Memórias dos sujeitos dos castanhais do povoado Fortaleza**. Local da entrevista: residência do entrevistado. Data: 2/11/2018.

Entrevistado 3 – **Memórias dos sujeitos dos castanhais do povoado Fortaleza**. Local da entrevista: residência do entrevistado. Data: 3/11/2018.

Entrevistado 4 – **Memórias dos sujeitos dos castanhais do povoado Fortaleza**. Local da entrevista: residência do entrevistado. Data: 4/11/2018.

Recebido em dezembro de 2021.

Revisão realizada em março de 2022.

Aceito para publicação em junho de 2022